Emprést. contr.(pagos) a partes relac.	-	-
Pgtos. de emprést. de partes relac.	-	-
Aumento de Capital	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Dividendos pagos	3.110.229,21	5.756.733,49
Juros s/ capital próprio pagos	-	-
Cx. líq. prov. das ativ. de financ.	4.187.943,41	5.102.377,74
Aum.(red.) de cx. e equiv. de cx.	2.846.432,53	2.007.023,02
Demonst. do aum. de cx. e equiv. de cx.		
No início do exercício	4.139.646,61	2.132.623,59
No fim do exercício	1.293.214,08	4.139.646,61
Aum.(red.) de cx. e equiv. de cx.	2.846.432,53	2.007.023,02

As notas explic. são parte integrante das demonst. Financeiras.

Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil e outras contas a pagar. ***c) Capital social*** – O capital social de R$ 47.970.894,34 (quarenta e sete milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos) representado por 125.868.274 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentas e setenta e quatro) ações com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. **2. Contas a receber de clientes e outros créditos –** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável, e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.**3.**

Estoques – Os estoques são mensurados pelo critério do custo médio ponderado. Os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção. **4. Imobilizado. a. Reconhecimento e mensuração -**Itens do imobilizado são mensurados pelo custo

Composição dos Saldos Descrição	**2015**	**2014**
Produtos Acabados	16.469.761,21	18.203.263,36
Matéria Prima e Embalagem	14.658.862,58	15.632.984,59
Adiantamento a Fornecedores	5.173.832,02	3.454.615,16
Total	**36.302.455,81**	**37.290.863,11**

histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas, o método de depreciação é o linear. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para que estas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***b. Custos subseqüentes –*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do período em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***c. Depreciação –*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e considera as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse é o método que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim distribuídas:

Taxas de depreciação(% a.a.)	**2015**	**2014**
Edificações	2,16	2,11
Máquinas e equipamentos	5,81	5,8
Móveis e utensílios	9,43	9,43
Veículos	9,13	9,13
Outros	7,12	7,12

d. Ajuste de Avaliação Patrimonial – Em 2014 a companhia efetuou a avaliação patrimonial do seu ativo imobilizado ao valor justo conforme CPC nº 27º que resultou num acréscimo em seu ativo imobilizado bem como a contrapartida no Patrimônio Líquido, que está expressado em conta específica denominada de Ajuste de Avaliação Patrimonial e os Correspondentes Impostos Diferidos. **5. Impostos a Recuperar**

	2015	**2014**
ICMS a recuperar	1.840.510,09	1.293.977,65
PIS a recuperar	186.987,56	337.247,35
COFINS a recuperar	751.360,04	1.552.940,05
IRPJ a recuperar	1.166.690,34	1.514.243,47
CSLL a recuperar	1.590.353,94	1.250.521,67
IPI a recuperar	8.572,18	8.572,18
Circulante	5.033.568,61	5.845.418,10
Não circulante	510.905,54	112.084,27
	5.544.474,15	**5.957.502,37**

Os créditos de ICMS trata-se substancialmente de créditos oriundos da operação da companhia no estado do Paraná com a nova unidade produtiva, e da aquisição de ativos imobilizados. Os créditos de IRPJ e CSLL decorrem da inclusão de débitos no parcelamento da lei 12.996/2014 devido a desistência de processos administrativos, o que gerou para pagamentos a maior. **6. Contas a pagar a fornecedores –** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas na sua totalidade como passivos circulantes,devido aos prazos de vencimento usualmente negociados serem inferiores a um ano ou ao ciclo operacional normal não ajustado ao valor presente em razão de a Administração não considerar aplicável. **7. Financiamentos e Empréstimos –** Os financiamentos e empréstimos da companhia são atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais. A companhia possui contatos nas modalidades de FNO, FINAME e CDC. Os financiamentos e empréstimos são garantidos por notas promissórias e/ou alienação fiduciária dos bens financiados. **8. Arrendamentos mercantis –** A companhia possui contratos de arrendamento financeiro. Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. **9. Receitas financeiras e despesas financeiras –** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **10. Impostos e contribuições a recolher** A companhia atua em diversas unidades da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicada em cada estado que opera. Adicionalmente, a companhia apresenta parcelamentos no âmbito da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional atualizados pela Selic mensalmente. **11. Obrigações Sociais**

	2015	**2014**
Receitas Financeiras		
Juros recebidos	1.140.714,69	1.187.385,87
Outras receitas financeiras	750.473,52	1.501.962,90
	1.891.188,21	2.689.348,77
Despesas Financeiras		
Juros sobre emprést. e financ.	(2.739.395,81)	(2.241.736,19)
Juros s/prov., parcel. e var. monet.	(1.652.192,28)	(472.826,11)
Outras despesas financeiras	(844.981,34)	(1.374.965,61)
	(5.236.569,43)	(4.089.527,91)
Desp. financeiras, líquidas	(3.345.381,22)	(1.400.179,14)

	2015	**2014**
Imposto de Renda e Contribuição Social	619.916,00	102.021,96
Parcel. da Lei 11.941/09 e Lei 12.996/14	1.652.828,65	-
Pis e Cofins a recolher	1.840,98	535.558,93
Impostos estaduais	14.767,50	14.705,96
Outros	166.251,93	122.979,86
Circulante	2.455.605,06	775.266,71
Parcel. da Lei 11.941/09 e Lei 12.996/14	10.961.727,82	13.063.311,04
Não circulante	10.961.727,82	13.063.311,04

	2015	**2014**
Prov. s/ folha de pagamento	1.986.259,36	1.998.341,99
Encargos sociais	782.765,19	664.400,90
Salário e Honorários	29.913,95	155.422,60
Circulante	**2.798.938,50**	**2.818.165,49**

12.Receita Operacional. ***a. Venda de mercadorias –*** A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. ***b. Deduções Sobre Receita*** – Imposto sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: **I –** Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, Nessa hipótese, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; **II –** Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e **III –** Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar é considerado como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **13. Imposto de renda e contribuição social.** ***a.Impostos correntes –*** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 5% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para o Imposto de Renda e incentivos fiscais recebidos, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. ***b. Impostos diferidos –*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados para refletir efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os impostos ativos diferidos levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade. A companhia efetuou a avaliação patrimonial a valor justo do seu ativo imobilizado o que gerou Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, os registros contábeis do ajuste de avaliação patrimonial foram efetuados em conta específica no patrimônio líquido, e a medida de sua realização vão sendo transferidos para as contas de Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher no passivo circulante para pagamento. ***c. Incentivos fiscais federais –*** A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do lucro da exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela Sudam, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional. O incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudam, a realização de investimentos no Norte, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da Amazônia Oriental. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada lucro da exploração. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. **Odilardo Ramos de Araújo Júnior -** Diretor Financeiro. CPF: 226.975.002-00; **Hélio de Moura Melo Filho –** Diretor Comercial. CPF: 064.127.422-04; **Sérgio de Oliveira Gabriel –** Diretor Industrial. CPF: 171.168.642-53; **Elane Tocantins Pina –** Contadora – CRC/PA14762/0-2.

*** Por problemas técnicos, esta matéria deixou de ser publicada na íntegra na edição Nº 33.239, DOE do dia 26/10/16.**

Protocolo: 1010779